

Imigrantes italianos na Região Fronteiriço Platino

Maria Medianeira Padoin

Programa de Pós-graduação em História
(PPGH - Universidade Federal de Santa Maria, UFSM)

BRASIL

mmpadoin@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho¹ é um ensaio dos primeiros resultados da pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o processo imigratório italiano dentro do espaço fronteiriço platino desde a primeira metade do século XIX, observando sua importância nas articulações exercidas pelos governos, ainda em processo formativo, da região do Prata. E neste contexto, procura-se demonstrar a influência da sociedade que se forma neste espaço fronteiriço no surgimento de personagens com destacada participação política e com um perfil típico, no caso, Gaspar Silveira Martins.

Gaspar Silveira Martins enquanto deputado provincial, senador e ministro no Império do Brasil foi um defensor do liberalismo, da laicização do estado, da liberdade religiosa dos imigrantes não católicos e da participação política dos mesmos. Assim, a região de origem e domínio deste político coincide com a região uruguaia e rio-grandense que recebeu imigrantes italianos não católicos, especialmente os valdenses. Além disso, essa região já teve a experiência/influência dos carbonários. Nesse sentido, pretende-se desenvolver tal investigação.

Palavras-chave: Fronteira; Imigração italiana; Política.

Conferindo a este estudo um caráter voltado à historiografia política-regional, uma vez que os trâmites políticos que, a partir do Estado Oriental se irradiaram para toda a bacia do Prata, representados pelos sucessivos confrontos entre os tradicionais partidos uruguaios, os *blancos* e os *colorados*, chegando a fronteira meridional do Império do Brasil na década de 50 do século XIX. A participação massiva de italianos no confronto e os planos para povoação do interior e das regiões fronteiriças largamente articuladas pelos governos da Banda Oriental, somados a incerta fronteira existente entre o Império e a antiga província Cisplatina colocariam os imigrantes italianos, novamente após Garibaldi (período da Revolução Farroupilha 1835-45), no cenário regional da província do Rio Grande do Sul.

Sobre a imigração italiana para o Brasil, a historiografia clássica costuma colocar seu ponto inicial no ano de 1874 com a chegada do primeiro navio de imigrantes “pertencente a *Expedição Tabacchi*, o *La Sofia*”. Contudo, quase dez anos antes, ainda na década de 1860, na cidade de Bagé, província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o número de italianos radicados já se mostrava bastante expressivo, tanto que a 1870 –ainda quatro anos antes da chegada daqueles “primeiros” imigrantes chegarem a Vitória no Espírito Santo– foi fundada na localidade a *Societa Italiana de Soccorso Mutuo e Beneficenza in Bagé*, hoje a *Sociedade Italiana de Beneficência Anita Garibaldi*. A Partir daí o surgio o interesse de identificar os fatores que levaram essas populações de imigrantes a se adiantarem cerca de 4 anos aos seus compatriotas, o que levou parte do foco da pesquisa nesse primeiro momento a um levantamento de obras para a compreensão da historiografia do estado uruaio no período, e posteriormente, na figura do Tribuno do Império, o Dr. Gaspar Silveira Martins, a buscar uma maior compreensão do processo de inserção das comunidades italianas a sociedade brasileira da época.

Nesse sentido, se propõe averiguar qual a relação de Gaspar Silveira Martins com os italianos tanto localizados em uma espaço territorial considerado zona de fronteira quanto com o processo de imigração italiana e a criação de colônias, como a que levou seu nome. Com isso, a proposta do presente ensaio se presta a relacionar resultados de pesquisas no âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq, tendo como ponto de partida a relação política de Gaspar Silveira Martins, como um homem da fronteira platina, com imigrantes italianos. Imigrantes estes que tanto se estabeleceram no sul do Brasil como no Uruguai, antes do processo de criação de colônias como com a colônia denominada, no final do século XIX, de “Silveira Martins”. Assim, podemos através do estudo deste personagem da elite política brasileira e fronteiriça, averiguar a relação com a presença de italianos no espaço fronteiriço do sul do Brasil e/ou platino.

O CENÁRIO PLATINO E O FOMENTO A COLONIZAÇÃO NO TERRITÓRIO ORIENTAL DE 1845 A 1864

Basta uma análise, mesmo que superficial, em registros históricos de localidades como Bagé, no sul do Rio Grande do Sul para que se possa observar facilmente o período da presença das comunidades italianas na sociedade brasileira em mais de uma década. A presença italiana nessas cidades da região limítrofe do sul do País ainda na década de 1860, fato representado pela fundação –em 1870– da *Societa Italiana de Soccorso Mutuo e Beneficenza in Bagé*. Tal fato demonstra a presença de um grupo organizado de italianos antes da criação das colônias oficiais pelo Império brasileiro. Assim, buscando abordar alguns dos principais pontos dessa posição da qual praticamente não existe produção acadêmica, apresentar-se-á a análise de fontes documentais para que se possa observar o contexto e os principais conceitos estudados ao longo do texto serão apresentadas algumas das obras e autores consultados dos quais se extraíram dados completos, citações ou argumentos. A lista completa de obras consultadas poderá ser observada nas referências finais.

De início, se faz necessário ressaltar que esses italianos que podemos encontrar no cenário rio-grandense no período pré-1874 percorreram um percurso diferenciado daquele que seus compatriotas percorreriam anos depois. Essencialmente porque o seu destino final –mesmo que embora tenha ocorrido de ser, eventualmente– não era o Império do Brasil, mas sim a Banda oriental do Uruguai, a época profundamente abalada por um conflito que ao ano de 1845 já durava cerca de nove anos e que se estenderia por mais sete longos anos e que seria seguido por mais uma série de contratempores de semelhante escala. Na verdade, durante a maior parte da primeira metade do século XIX toda a Região Platina se veria emersa em conflitos, como expressa Pombo (1918: 232) que coloca que “desde os tempos da independência, reinavam severas prevenções e animosidades entre a República Argentina, o Estado Oriental e o Paraguai”.

E, para exemplificar essa situação, basta uma averiguação na obra de Reyes Abadie e Vázquez Romero (*Crónica General del Uruguai*, 2000) que nos permite contextualizar a situação política do Estado oriental no período proposto resumidamente, de forma que podemos observar que a instabilidade política no país devido as cada vez mais acirradas disputas entre os partidos *blanco* e *colorado* fez com que, desde 1839, os *colorados* uruguaios se encontrassem em guerra contra Manuel de Rosas, ditador de Buenos Aires, e os *blancos* que, liderados por Oribe viviam sobre a proteção do ditador argentino, fazendo com que, já em meados de 1845, o estado oriental houvesse sucumbido as forças portenhas, tornando Montevidéu o ultimo bastião das forças coloradas, que agora se encontravam sob um rígido cerco terrestre imposto e comandado pelo próprio Oribe de seu assentamento em Cerrito da Vitória.

Assim, de sua base, apenas a poucos quilômetros de Montevideu a época, Oribe detinha o controle, de facto, da quase totalidade do território uruguaio e, para melhor administrar o instável país que conquistara, ele nomeou para as províncias departamentais uma série de governadores militares, os *Comandantes Generales de las Provincias*. O presidente *blanco*, junto a muitos destes organizou uma série de planos para o fomento da imigração e colonização no país. E, talvez, um dos principais apoiadores desses planos tenha sido o Coronel Don Diego Eugênio Lamas, *Comandante General de la Provincia de Salto*, que trocou extensa correspondência junto ao presidente Oribe entre os anos de 1846 e 1849 com propostas e planos de colonização elaborados para atender as demandas econômicas avariadas de seu departamento, aproveitando-se da situação fronteiriça do mesmo para buscar expandir as fronteiras rumo ao norte, utilizando-se do direito *utti possidets* para legitimar uma fronteira que agradasse o governo do Cerrito junto ao Império do Brasil (Magariños de Mello, 1948).

E, mesmo que muito embora, possa parecer estranho que em um pleno cenário de guerra um governo que luta por sua legitimação e manutenção designe tantos fundos e esforços para projetos de colonização e povoamento de áreas mantidas em constante litígio que não lhes renderia nenhuma vantagem imediata, faz-se necessário ressaltar que ao panorama uruguaio da época, a ideia teria se mostrado de vital importância para o caso de um sucesso futuro pois, tal como como ressalta Nahum (2004), o Uruguai da independência –e de muitos anos depois– era um país drasticamente despovoado, que por meio do incentivo à formação de colônias de imigrantes estrangeiros visava uma forma rápida de aumentar a baixa produtividade nacional, solucionar problemas econômicos, urbanizar e industrializar os centros nacionais e assegurar a manutenção de suas fronteiras.

Na própria Montevideu sitiada, um misto de legiões estrangeiras somava suas forças ao Governo da Defesa, dentro das muralhas da cidade, cerca de 12.900 estrangeiros, entre os quais 800 argentinos, 2.800 franceses, 700 espanhóis e outros 800 italianos² eram os responsáveis por manter a cidade sobre domínio *colorado*, defendendo-a do cerco terrestre imposto por Oribe, enquanto uma esquadra franco-inglesa era responsável por defender o porto das incursões marítimas de Rosas. Os italianos presentes na defesa da cidade, os chamados de Camisas-vermelhas, foram comandados, até 1848, pelo próprio Giuseppe Garibaldi, que, após sua volta para Itália, foi sucedido no comando da legião pelo Coronel Angel Sussine que herdou, entretanto, um grupo já muito enfraquecido, principalmente pelo fato de que Garibaldi na volta para sua pátria-mãe acabou por levar consigo um grande número de legionários. De fato, nos idos de 1850 o número de legionários italianos participando da defesa de Montevideu era de cerca de 450 homens, metade do contingente original sob as ordens de Garibaldi.³

Pombo (1918) coloca que não demorou para que na própria República Argentina as constantes medidas de Rosas para centralizar o poder da Federação se tornassem odiosas, pois os governadores das províncias “argentinas” haviam a muito adquirido o gosto pelo autogoverno e algumas das províncias mais bem providas passaram a buscar formas de assegurar sua independência, uma vez que o Pacto de Lealdade a Rosas passou a ser considerados por muitos uma ameaça a liberdade que tanto prezavam para si. Liderados pelo General Urquiza, governador de Entre-Ríos, as províncias de Santa Fe e Corrientes se levantam contra o déspota argentino em 1851, ano que marca também a entrada do Império do Brasil no conflito.

Com a queda de Rosas em 1852 acabava também a Guerra Grande que deixava o Estado Oriental arrasado. O período que se seguiu foi de grande instabilidade na política tanto externa quanto interna para o país. O Triunvirato de Governo estabelecido em 1853 resultou em um ano de um governo radical e desmedido imposto por Venâncio Flores (Nahum, 2004) e o acordo de fronteiras entre o Uruguai e o Brasil discutido e ratificado –não sem protestos pela primeira parte– em 1851 pelo enviado uruguaio Andrés Lamas e Ministro das Relações Exteriores do Império, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, deixou os uruguaios desfalcados quanto a suas pretensões pela região da Campanha do Rio Grande do Sul (Golin, 2004). Também a população uruguaia fora drasticamente afetada pela guerra, grandes lotes de terra nas regiões fronteiriças (principais áreas dos conflitos) haviam sido abandonadas e a densidade populacional havia decaído de forma alarmante. Fazendeiros brasileiros que, já ao longo de muitos anos, possuíam grandes quantidades de terra em território uruguaio se aproveitaram desse processo de queda na densidade populacional para que pudessem tomar posse também dessas terras recentemente abandonadas junto ao estado limítrofe, fazendo com que as preocupações do governo uruguaio quanto ao futuro de suas fronteiras se tornassem uma questão urgente a ser resolvida.

É durante o governo do *colorado* Gabriel Antonio Pereira que é fundada a primeira colônia italiana no Uruguai. Ainda nesse período, a principal preocupação do governo, entretanto, era a colonização do interior do país, muito do qual nunca ainda fora ocupado, nesse sentido, o primeiro grupo de famílias italianas (estas piemontesas) teria por objetivo assentar-se na região nordeste do Departamento de Florida. Esse primeiro grupo somava inicialmente um total de 11 pessoas que haviam desembarcado em fevereiro de 1857 no porto de Montevideú. A esse pequeno grupo inicial uniram-se mais 71 italianos que chegaram em setembro, seguidos por mais um grupo de 136 pessoas em dezembro (Vidart e Hugarte, 1968: 40). No final do mesmo ano, o grupo total de 218 pessoas partiu para assentar as bases da primeira comunidade italiana no Uruguai. Um fato, que ao governo oriental tenha talvez parecido indiferente a princípio, criou uma grande animosidade entre os novos colonos

e a população uruguaia da região. As recém chegadas famílias italianas pertenciam a um fechado grupo religioso que se originara nas ideias do reformador medieval do século XII Pedro Valdo. Eram portanto *valdenses* e considerados hereges aos católicos que repudiaram o grupo logo de sua chegada. Os ânimos só se fizeram exaltar nos meses seguintes e antes do fim de 1858 o grupo se desmantelou e abandonou a região. Algumas das famílias teriam seguido caminho até o Departamento de Cerro Largo, enquanto outras dirigiram-se ao de Colônia, aonde se colocaram as ordens da *Sociedad Agrícola del Rosario* que distribuiu para as famílias lotes de quatro léguas de descampados as margens do Arroio Rosário na localidade da atual cidade de La Paz e mesmo de Colônia, alguns pequenos grupos foram rumo ao norte e se estabeleceram em regiões do então Departamento de Salto que hoje compreendem tanto o atual Salto como o Departamento de Artigas (Vidart e Hugarte, 1968: 42).

Após esse inconveniente inicial, o governo uruguaio muda de estratégia e passa a focar na criação de colônias suíças, alemãs e suecas (os primeiros eram poucos, os segundos vinham cada vez em menor número e os últimos nunca chegariam), mesmo assim, novos grupos de colonos italianos chegavam aos portos de Montevideú todos os anos, provavelmente para colônias particulares (Magariños de Mello, 1948). Não seria possível afirmar isso com certeza, devido ao fato de que muitos dos registros desses empreendimentos particulares são hoje muito escassos e, no momento –ainda em um estágio inicial de pesquisa– não é possível afirmar isso com muita certeza. A situação, para esses grupos de imigrantes, mudaria logo, entretanto, e no começo de 1860 com a posse do novo presidente oriental, o *blanco* Bernardo Berro com seu principal lema e projeto de campanha de “Nacionalização de nossos Destinos”, o governo uruguaio decidiu lidar da maneira mais eficiente possível com uma questão antiga que voltava a causar alarde na política nacional e internacional: a fronteira junto ao Brasil. Em 1859, cerca de 33% das terras uruguaias nos departamentos do norte encontravam-se sob o controle de brasileiros⁴ e o presidente Berro decidiu investir em planos rápidos para a colonização da área. Uma das medidas utilizadas para garantir o sucesso dessa proposta, juntamente com a demarcação e venda de terras para colonos em terras uruguaias, foi a compra em série de vários lotes de terras pertencentes a brasileiros por parte do governo de Montevideú para que as mesmas fossem redistribuídas para grupos vindouros de colônias de povoamento. Esse processo se manteve durante a maior parte do governo Berro, contudo a instabilidade política que tomou conta do Uruguai nos meses finais do mandato do Presidente, de 1863 a 1864, impediram que o projeto tivesse continuidade (Nahum, 2003).

O livro de Benjamín Nahum, *Breve Historia del Uruguay Independiente*, podemos observar de forma simplificada o que se seguiu a queda de Berro, no resto do ano de 1864, em que o Uruguai mergulhou em uma nova crise política desencadeada mais uma vez pelos confrontos entre *blancos* e

colorados. As novas táticas utilizadas pelo novo presidente, Atanásio de la Cruz Aguirre Aguado, para garantir a fronteira junto ao império foram vistas como atitudes violentas por parte dos brasileiros domiciliados no Uruguai. E, após ignorar constantemente as recomendações e pedidos feitos por parte do governo imperial, o mesmo fez seguir para o Prata um representante especial, o Conselheiro José Antônio Saraiva, ao mesmo tempo que se mobilizava a esquadra de Imperial e os corpos do exército que guarneciam a fronteira (Pombo, 1918). Então, depois de uma série de negociações frustradas, coube ao conselheiro Saraiva apresentar ao governo Oriental um *Ultimatum*, dando-lhes um prazo improrrogável para atender às exigências brasileiras. Aguirre, entretanto, confiante em suas alianças com o paraguaio Francisco Solano López devolveu a nota ao enviado imperial. No dia seguinte foi o conselheiro informar ao governo uruguaio a existência de um estado de guerra entre as duas nações (Pombo, 1925).

Pelos fins de 1864 invadem as tropas brasileiras o território oriental, e pouco depois chega ao Rio de Janeiro a insólita notícia da hostil atitude tomada por López quanto a decisão Brasileira em suas relações junto ao Uruguai. Ao final do conflito do Brasil com o governo Oriental, em 1865, com a grande movimentação populacional que durante o mesmo que existiu entre os territórios de ambos os países podemos suscitar a hipótese de que várias populações uruguaias e brasileiras, devido a completa indiferença quanto a existência até então mutável de uma linha limítrofe imaginária que separasse os dois Estados, se assentasse em terras litigiosas, causando a uruguaios estarem em terras brasileiras e brasileiros a estarem em terras uruguaias sem que possuíssem uma plena noção disso ou aceitassem tal condição na consolidação destes estados e de seus limites políticos territoriais. Criando aí a grande possibilidade para a entrada de grupos de povos italianos, tanto os *valdenses* perseguidos até os limites do estado oriental quanto aos membros de colônias posteriores criadas com o objetivo “guarnecer” a fronteira contra o governo imperial, no território nacional brasileiro, essencialmente na região da limítrofe da província meridional. Esta temática e hipótese deverá ser ainda aprofundada pela continuidade da pesquisa.

A COMUNIDADE ITALIANA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA NO PERÍODO PRÉ-1874 E A INFLUÊNCIA DE SILVEIRA MARTINS NO PROCESSO IMIGRATÓRIO POSTERIOR

No período que antecedeu a chegada do *La Sofia*, o primeiro navio a trazer imigrantes italianos às terras brasileiras em fevereiro de 1874, pelo menos uma (que constatamos até esse momento nas pesquisas) comunidade italiana já tinha uma representação relativa, pelo menos a nível regional, na Região da Campanha rio-grandense. Estabelecida em 1870 a atual *Sociedade Italiana*

de *Beneficência Anita Garibaldi* (a mais antiga sociedade italiana do RS) foi criada pela já numerosa comunidade italiana que se estabelecera na região da cidade Bagé (zona de fronteira com o Uruguai e sul do Brasil/RS) em algum ponto ainda na década de 60 ou nos anos finais da década de 50 do século XIX e que começava a ganhar expressividade e representação junto a comunidade local.

Sabemos agora que essas famílias italianas, das qual tão pouco se há produzido que até o momento pouco além de seus nomes nos é conhecido, são oriundas da Banda Oriental do Uruguai e que as mesmas rumaram norte em busca de uma situação mais estável e/ou entraram em terras brasileiras sem um verdadeiro conhecimento de onde estavam e aqui se assentaram (como mencionado no tópico anterior). Contudo, o ponto irradiador (ou pontos) dessa migração entre estados do Prata ainda parece um pouco nebuloso. O material levantado até este momento da pesquisa, entretanto, nos permite fazer algumas suposições quanto a este ponto. Observemos primeiramente que a cidade de Bagé se encontra a pouco mais de 50 quilômetros da fronteira atual com o Uruguai, um trajeto que pode ser realizado em cerca de 9 horas de caminhada, segundo estimativas, significando que uma vez próximas a fronteira, não seria difícil para essas comunidades de imigrantes, mesmo que grandes, chegarem a cidade de uma variedade de locais diferentes ao longo da linha da fronteira, usualmente muito incerta, devido ao fato de existirem grandes estancieiros com terras que se estendiam desde São Pedro ao interior dos departamentos uruguaios no norte. Notavelmente, entre algumas famílias, podemos encontrar as famílias do próprio Gaspar Silveira Martins, do qual logo trataremos especialmente, e de Antônio de Sousa Neto, notável general do período farroupilha.

Algumas das hipóteses que até então consideramos a primeira delas coloca as comunidades italianas pré-1874 como remanescentes da colônia de italianos valdenses criada pelos uruguaios em Florida, em 1857, e que se desmembraria ainda em 1858 devido a intolerância religiosa das populações locais. Acredita-se que parte do grupo original de colonos designado para a região, após o colapso de sua colônia, tenha ido rumo norte em direção ao departamento de Cerro Largo (Vidart e Hugarte, 1968) aonde teriam se assentado em áreas próximas ao rio Negro, as quais atualmente são listadas pelo governo uruaio como as colônias de *Ferreira Aldunate*, *Ucar* (esta em Rivera) e *Otamendi* continuado mais rumo ao norte, até o sul região fronteira de Aceguá aonde se estabeleceria a colônia de italianos *Antonio Gianola*, cuja data de fundação parecer ser anterior a criação do *Instituto Nacional de Colonización*, em 1948, e nesse sentido, ela pode ser tanto uma remanescente dos grupos valdenses quanto dos planos de colonização e povoamento elaborados a partir de 1860. E isso nos leva a segunda ideia postulada, na qual os italianos domiciliados em Bagé ainda antes de 1870 seriam membros dos

grupos de colonos enviados para ocupar a região da fronteira para evitar uma ocupação brasileira e salvaguardar o território Uruguaio nos departamentos do norte.

É claro, também, que esses grupos familiares talvez façam partes de ambas as correntes migratórias, uma vez que não tenha disposições do contrário até esse momento, da mesma forma que é muito provável que existam núcleos de famílias italianas no período pré-1874 em outras cidade da região fronteiriça, desde Quaraf até Santana do Livramento, uma vez que, em um raio de até 100 quilômetros da fronteira Brasileira com o Uruguai, ainda se podem contar pelo menos outras 15 colônias registradas no período anterior a 1948 das quais ainda possuímos pouca informação, principalmente devido disponibilidade do material para consulta bibliográfica. E isso, contando apenas as colônias administradas pelo Estado oriental, descartando aquelas mantidas por grupos particulares, das quais necessitam realizar mais estudos. Nesse sentido, a pesquisa ainda deve avançar.

Mas voltemos aos fatos dados. A comunidade italiana em Bagé cresceu e se fortaleceu com o passar dor anos, mas por mais que ganhasse cada vez mais espaço no cenário regional, tal como tantas outras que passaram a surgir nos anos seguintes ao início oficial do processo de imigração, ela ainda sofria fortes limitações devido as legislações por parte do poder imperial. Os italianos não dispunham de poder ou representação política, havia um largo processo burocrático para se adquirir a cidadania além de outras questões, mesmo que muito embora possuísem mais prerrogativas civis que os colonos alemães, estes desfalcados largamente devido ao fato de serem em sua maioria protestantes vivendo em um país católico por legislação, sendo assim eles eram desprovidos de registros civis.

Mas se mesmo a plebe romana dos velhos tempos do Império possuía um tribuno para velar por si, possuiriam também os imigrantes seu defensor em terras brasileiras. Encontrariam eles seu próprio tribuno, um Tribuno do Império, na figura do Dr. Gaspar Silveira Martins. Nascido na cidade da Aceguá na fronteira entre Brasil e Uruguai, a 60 quilômetros de Bagé e a outros 60 de Melo (Capital do departamento uruguaio de Cerro Largo) ele se encontrava, em uma posição geográfica semelhante ao extremo àquela que os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao território do imperial no período pré-1874 se encontravam. Devido as condições de seu nascimento, foi dono de dupla cidadania, tanto oriental quanto brasileira. Silveira Martins subiu rápido na carreira política e logo em seus primeiros anos passou a defender com fervor os direitos dos imigrantes que chegavam em solo brasileiro e dos que aqui já residiam, especialmente dos não católicos. Seus discursos impositivos lhe renderam fama e respeito não apenas nas comunidades de imigrantes que o tinham como seu defensor, mas também entre seus próprios colegas parlamentares, tanto que é do próprio Joaquim Nabuco que ganha o apelido de Tribuno do Império que tanto viria a caracteriza-lo nos anos futuros.

Nos seus anos como senador pela província de São Pedro (Rio Grande do Sul), o tribuno –membro e líder do partido liberal– defenderia uma série de medidas renovadoras para o cenário político brasileiro. A laicização do estado, direitos políticos a imigrantes e a elegibilidade e direito ao voto dos acatólicos, por exemplo, foram algumas das principais medidas defendidas por Silveira Martins durante a reforma eleitoral do Império organizada pelo então Chefe do Gabinete de Ministros, o Visconde de Sinimbuí.

Contudo, quando suas propostas não passaram à reforma, em indignação, retirou-se o tribuno da Corte, abandonando seu cargo de Ministro da Fazenda, retornando ao Rio Grande do Sul, aonde sua atitude foi aplaudida pelas comunidades de “brasileiros de origem alemã e italiana” e mesmo por membros do partido liberal. De volta à Província meridional, continuou o nobre tribuno com seus ideais, liderando a criação de novas colônias para o interior da Província do sul, como a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, proposta pela câmara municipal da cidade de Santa Maria, com o objetivo de assentar populações de imigrantes em terras no interior do município. O sucesso do projeto foi notável, tal qual a política de seu apadrinhador, nomeado em 1889 novo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e no qual a quarta colônia receberá seu nome: Silveira Martins (hoje as terras dessa colônia são divididas em sete municípios).

Com a proclamação a República no Brasil, Silveira Martins será exilado e em seu retorno viria a ter grande participação no cenário nacional, principalmente como líder da Revolução Federalista de 1893-95, defendendo o parlamentarismo e o federalismo. Silveira Martins, faleceu a 23 de julho de 1901 em Montevidéu. Nos deixa aí o nobre Tribuno do Império, que morreu em plena república. Grande defensor do direito dos imigrantes, ele permitiu que as comunidades de colonos adquirissem maior representatividade, além de lhes garantir uma participação ainda mais efetiva no cenário estadual.

CONCLUSÃO

Podemos tirar como conclusões preliminares que o processo migratório de comunidades italianas no período pré-1874 se deu pela região limítrofe junto ao Estado Oriental, tendo se desencadeado por uma soma de fatores dos mais variados gêneros, sejam ele a turbulência política que se faz uma presença constante no estado oriental até o início do século XX, a intolerância religiosa e/ou a constante intervenção brasileira em todo o país, mas principalmente na região da fronteira, tanto de forças militares quanto de fazendeiros, donos de grandes latifúndios, domiciliados no país. E que uma vez iniciado o processo migratório entre essas duas regiões da bacia do Prata, as primeiras comunidades viriam a se estabelecer, provavelmente, nas principais cidades da região

limítrofe, tal como ocorreu em Bagé aonde a comunidade italiana cresceu e esse desenvolveu rapidamente no período de 1860 a 1874, aparentemente se inserindo com facilidade no cenário social local como um grupo muito unido que visava trabalhar em favor da cooperação e socorro mútuo de seus membros. Contudo, em certo ponto por volta de 1880, assim como a maioria das demais sociedades italianas formadas, a comunidade já não podia avançar muito além do que já havia conseguido. Afinal, para estes imigrantes, as leis não os viam como brasileiros. Logo, eles possuíam poucos direitos civis e não podia possuir participação direta no cenário político das comunidades em que estavam inseridos.

Para resolver esses fatores, as comunidades de imigrantes teriam se voltado para Gaspar Silveira Martins, já conhecido como o Tribuno do Império, senador e voz proeminente na Corte naquela época e cujas principais ideias viam para o futuro do Brasil um país liberal e de homens livres. Nesse sentido, a trajetória das comunidades italianas, tanto católicas como as não católicas da fronteira (*valdenses*) formadas ainda num período anterior ao ano de 1874 e que se desenvolveram no auge e derrocada do II Reinado vão diretamente de encontro com a trajetória do nobre tribuno da província de São Pedro, que teve em sua formação tanto a convivência com uma região marcada pelo conflito contra o centralismo do Império e a defesa de ideias liberais, como a convivência com imigrantes defensores de ideias liberais mais radicais, liberdade religiosa e um estado laico.

NOTAS

- ¹ Trabalho que conta com levantamento de dados de Bolsistas de Iniciação Científica: Arthur Engster Varreira (PIBIC) e Richard Prestes (PROBIC).
- ² Dados citados por Cortés Arteaga (1931: 144).
- ³ Dados citados por Saldías (1911).
- ⁴ Dado citado por Mena Segarra (1969: 38).

REFERÊNCIAS

- CORTÉS ARTEAGA, Mariano (1931): “Defensa de Montevideo”, *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, VIII.
- GOLIN, Tau (2004): *A Fronteira*, Vol. 2, Porto Alegre, L&PM.
- MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. (1948): *El Gobierno del Cerrito*, Tomo I, Poder Ejecutivo, Montevideo, El Siglo Ilustrado.

- MENA SEGARRA, Enrique (1969): "Frontera y Limites", *Nuestra Tierra*, Montevideo, 42, pp. 3-60.
- NAHUM, Benjamín (2003): *Breve Historia del Uruguay Independiente*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental.
- PADOIN, Maria Medianeira (2001): *Federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- PADOIN, Maria Medianeira e ROSSATO, Monica (2013): *Gaspar Silveira Martins: Perfil biográfico, discursos e atuação na Assembleia Provincial*, Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
- POMBO, Roca (1925): *Historia da América*, Rio de Janeiro, Benjamin de Aguilá.
- POMBO, Roca (1918): *Historia do Brazil*, Rio de Janeiro, Melhoramentos.
- REYES ABADIE, Washington e VÁZQUEZ ROMERO, Andrés (2000): *Crónica General del Uruguay, Tomo IV, El Estado Oriental*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental.
- SALDÍAS, Adolfo (1911): *Historia de la Confederación Argentina*, Vol. IV, Buenos Aires.
- VIDART, Daniel e HUGARTE, Renzo Pi (1968): "El Legado de los inmigrantes - II", *Nuestra Tierra*, Montevideo, 39, pp. 3-60.